

Art. 5º Suprimam-se os seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 16.856, de 16 de abril de 2003:

I - o §2º do artigo 3º; e

II - o inciso I do § 1º do art. 25.

Art. 6º Ficam remetidos e anistiados os créditos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, inclusive em fase de execução fiscal já ajuizada, referentes a Taxa de Gerenciamento da Operação abrangida no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 25 da Lei nº 16.856, de 16 de abril de 2003."

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Recife, 30 de dezembro de 2022: 485 anos da fundação do Recife, 205 anos da Revolução Republicana Constitucionalista de 1817 e 200 anos da Independência do Brasil.

JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS  
Prefeito do Recife

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

#### LEI MUNICIPAL nº 19.025, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

Altera os requisitos para investidura e a jornada de trabalho do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, e dá outras providências.

PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE: Faça saber que a Câmara Municipal do Recife decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A partir da publicação desta Lei, a posse no cargo efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI, enquanto profissionais de apoio ao magistério, só será admitida aos portadores de curso de Magistério em ensino médio, modalidade normal, ou de Curso Superior em Pedagogia ou Licenciatura Plena, reconhecidos pelo Ministério da Educação, observadas as disposições pertinentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto a profissionais técnicos.

§ 1º A jornada de trabalho dos servidores de que trata o caput deste artigo será de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º A tabela de vencimentos do cargo de que trata o caput deste artigo será a constante do Anexo I desta Lei.

§ 3º Os atuais ocupantes do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil que já possuírem ou vierem a possuir o requisito de escolaridade previsto no caput deste artigo, e optem, de forma irrevogável, pela jornada especificada no § 1º, serão enquadrados na tabela de vencimentos constante do Anexo I, a contar da data da respectiva opção.

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, com jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, que já possuírem ou vierem a possuir o requisito de escolaridade previsto no caput deste artigo, serão enquadrados na tabela de vencimentos constante do Anexo II, a contar da data do requerimento.

§ 5º Os atuais ocupantes do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, com jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, que não possuírem o requisito de escolaridade previsto no caput deste artigo, poderão optar, de forma irrevogável, pela jornada de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, e serão enquadrados na tabela de vencimentos constante do Anexo III, a contar da data do requerimento.

§ 6º A irrevogabilidade de que tratam os §§ 3º e 5º deste artigo passa a vigorar 180 (cento e oitenta) dias após a respectiva opção.

§ 7º Na hipótese do servidor que aderiu à jornada de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais retornar à jornada de trabalho anterior dentro do prazo estabelecido no § 6º e, futuramente, requerer nova majoração de jornada, a irrevogabilidade passa a vigorar a partir da respectiva opção, não se aplicando uma segunda vez o disposto no § 6º.

Art. 2º O cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI, independentemente da formação do servidor e da jornada de trabalho, permanece regido pela Lei Municipal nº 18.509, de 23 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Recife, 30 de dezembro de 2022: 485 anos da fundação do Recife, 205 anos da Revolução Republicana Constitucionalista de 1817 e 200 anos da Independência do Brasil.

JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS  
Prefeito do Recife

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

#### ANEXO I

Tabela de vencimentos do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI, com Curso de Magistério em Ensino Médio, modalidade normal, ou Curso Superior em Pedagogia ou Licenciatura Plena

Jornada de trabalho: 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais

Nível	Tempo de Serviço	Magistério	Curso Superior	Especialização	Mestrado/ Doutorado
1	Até 3 anos	1.906,41	1.954,07	0,00	0,00
2	3 a 5 anos	1.954,07	2.002,93	2.053,00	2.104,32
3	5 a 7 anos	2.002,93	2.053,00	2.104,32	2.156,93
4	7 a 9 anos	2.053,00	2.104,32	2.156,93	2.210,86
5	9 a 11 anos	2.104,32	2.156,93	2.210,86	2.266,13
6	11 a 13 anos	2.156,93	2.210,86	2.266,13	2.322,78
7	13 a 15 anos	2.210,86	2.266,13	2.322,78	2.380,85
8	15 a 17 anos	2.266,13	2.322,78	2.380,85	2.440,37
9	17 a 19 anos	2.322,78	2.380,85	2.440,37	2.501,38
10	19 a 21 anos	2.380,85	2.440,37	2.501,38	2.563,91
11	21 a 23 anos	2.440,37	2.501,38	2.563,91	2.628,01
12	23 a 25 anos	2.501,38	2.563,91	2.628,01	2.693,71
13	25 a 27 anos	2.563,91	2.628,01	2.693,71	2.761,06
14	27 a 29 anos	2.628,01	2.693,71	2.761,06	2.830,08
15	29 a 31 anos	2.693,71	2.761,06	2.830,08	2.900,83
16	Mais de 31 anos	2.761,06	2.830,08	2.900,83	2.973,35

#### ANEXO II

Tabela de vencimentos do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI, com Curso de Magistério em Ensino Médio, modalidade normal, ou Curso Superior em Pedagogia ou Licenciatura Plena

Jornada de trabalho: 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais

Nível	Tempo de Serviço	Magistério	Curso Superior	Especialização	Mestrado/ Doutorado
1	Até 3 anos	1.429,81	1.465,56	-	-
2	3 a 5 anos	1.465,56	1.502,19	1.539,75	1.578,24
3	5 a 7 anos	1.502,19	1.539,75	1.578,24	1.617,70
4	7 a 9 anos	1.539,75	1.578,24	1.617,70	1.658,14
5	9 a 11 anos	1.578,24	1.617,70	1.658,14	1.699,60
6	11 a 13 anos	1.617,70	1.658,14	1.699,60	1.742,08
7	13 a 15 anos	1.658,14	1.699,60	1.742,08	1.785,64
8	15 a 17 anos	1.699,60	1.742,08	1.785,64	1.830,28
9	17 a 19 anos	1.742,08	1.785,64	1.830,28	1.876,03
10	19 a 21 anos	1.785,64	1.830,28	1.876,03	1.922,94

#### ANEXO III

Tabela de vencimentos do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI, com Ensino Médio

Jornada de trabalho: 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais

Nível	Tempo de Serviço	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado/ Doutorado
1	Até 3 anos	1.878,24	0,00	0,00	0,00
2	3 a 5 anos	1.925,20	1.973,33	2.022,66	2.073,23
3	5 a 7 anos	1.973,33	2.022,66	2.073,23	2.125,06
4	7 a 9 anos	2.022,66	2.073,23	2.125,06	2.178,18
5	9 a 11 anos	2.073,23	2.125,06	2.178,18	2.232,64
6	11 a 13 anos	2.125,06	2.178,18	2.232,64	2.288,45
7	13 a 15 anos	2.178,18	2.232,64	2.288,45	2.345,66
8	15 a 17 anos	2.232,64	2.288,45	2.345,66	2.404,31
9	17 a 19 anos	2.288,45	2.345,66	2.404,31	2.464,41
10	19 a 21 anos	2.345,66	2.404,31	2.464,41	2.526,02
11	21 a 23 anos	2.404,31	2.464,41	2.526,02	2.589,17
12	23 a 25 anos	2.464,41	2.526,02	2.589,17	2.653,90
13	25 a 27 anos	2.526,02	2.589,17	2.653,90	2.720,25
14	27 a 29 anos	2.589,17	2.653,90	2.720,25	2.788,26
15	29 a 31 anos	2.653,90	2.720,25	2.788,26	2.857,96
16	Mais de 31 anos	2.720,25	2.788,26	2.857,96	2.929,41

#### LEI MUNICIPAL nº 19.026, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

Institui o Código de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município do Recife e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE: Faça saber que a Câmara Municipal do Recife decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei institui o Código de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município do Recife, pelo qual são regidos os serviços de limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Parágrafo único. A Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB é a entidade gestora do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos Urbanos do Município do Recife, a ela cabendo coordenar, planejar, articular com outras secretarias, supervisionar, fiscalizar, executar, controlar a execução, direta ou indiretamente, de todos os serviços relacionados nesta Lei.

Art. 1º O disposto nesta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado:

I - responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos urbanos; e

II - que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

Art. 2º O disposto neste Código está em consonância com os princípios, objetivos e diretrizes nacionais e estaduais para o saneamento básico e gerenciamento de resíduos sólidos, e tem como prioridades:

I - a proteção à saúde pública e a qualidade ambiental da população da Cidade do Recife;

II - a universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos;

III - a adoção de mecanismos gerenciais e econômicos envolvidos nos serviços prestados de limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos que possam auxiliar e subsidiar melhorias;

IV - uso de tecnologias que visem à valorização e a recuperação dos resíduos sólidos urbanos;

V - a hierarquia na gestão de resíduos sólidos, com a seguintes preferências:

a) não geração de resíduos;

b) redução dos resíduos;

c) reutilização;

d) reciclagem;

e) tratamento de resíduos sólidos;

f) disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

VI - incentivos à inclusão social, emancipação econômica e inclusão em programas e projetos de coleta seletiva dos catadores e/ou agentes de materiais reutilizáveis e recicláveis, dos beneficiadores e recuperadores da cadeia de reciclagem;

VII - a estruturação de sistemas que aumentem a recuperação de resíduos orgânicos antes da destinação final ambientalmente adequada;

VIII - incentivos à valorização de resíduos sólidos antes da disposição final ambientalmente adequada.

Art. 3º Os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços e outras possibilidades de financiamento do sistema, levando em conta o adequado gerenciamento dos resíduos coletados.

#### SEÇÃO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: conjunto de atividades, disponibilização e manutenção de infraestruturas; instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada; asseio e conservação urbana; transporte, transbordo, triagem para fins de reutilização ou reciclagem; tratamento, inclusive compostagem; e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos;

II - Entidade Gestora: entidade com atribuições para coordenar a implementação do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Recife, consistente na Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB ou outra que lhe venha a suceder;

III - operador do sistema de limpeza urbana: a pessoa jurídica que explore economicamente as atividades de coleta, transporte, acondicionamento, tratamento e disposição final de resíduos sólidos ou quaisquer outras atividades que são inerentes aos serviços de limpeza urbana, mediante cadastramento e autorização da Entidade Gestora;

IV - agente: funcionário ou servidor público capacitado e autorizado a exercer a função de fiscal das atividades de Limpeza Urbana;

V - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético, disposição final ou outras destinações admitidas pela Entidade Gestora, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;